

APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Wláudia Barbosa Oliveira Lins de Araújo¹
Pedro Luiz dos Santos Filho²

RESUMO

O ensino do português como segunda língua dos educandos surdos e as dificuldades que encontram no seu processo de aprendizagem até chegar ao ensino médio. Assim, esse estudo tem por finalidade investigar como acontece o processo de letramento do surdo, se ele é alfabetizado da mesma forma que os ouvintes. Como objetivos específicos: identificar métodos de letramentos empregados aos surdos; descrever como os métodos de letramentos impacta a aprendizagem dos surdos; analisar as formas de letramentos com vistas às pessoas surdas. A metodologia foi construída por meio de uma revisão da literatura, realizada em sites da internet, bibliotecas virtuais, sites da Scielo e plataformas digitais, e-books. Seguimos os preceitos de Gil (2008) na elaboração das análises e tratamento dos dados. As leituras realizadas nesses artigos mostram as dificuldades encontradas pelos educandos surdos no processo de letramento, uma vez que o letramento visual deve ser decisivo no processo de aprendizagem desses alunos sendo distinto do letramento direcionado aos ouvintes, esse letramento visual dos surdos contribui no avanço da luta por uma escola Bilíngue que atenda o ensino dessas pessoas de forma humanizada conforme descrito em nossa constituição de 1988 com relação à educação de todos. Concluímos que a consolidação das Escolas Bilíngues para surdos no Brasil poderiam suprir as dificuldades enfrentadas pelos educandos surdos, uma vez que, essa escola teria como língua de instrução, dos conhecimentos, a Libras, e o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa partiria dessa língua.

¹**Wláudia Barbosa Oliveira Lins de Araújo.** *Mestranda em Educação Especial - PPGEEsp/UFRN, Licenciada em Pedagogia Universidade Vale do Acaraú/UVA, Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Libras –UFRN. E-mail: wlaudiaaraujo2@gmail.com*

²**Pedro Luiz dos Santos Filho.** *Bacharel em Fonoaudiologia, Doutor em Educação pelo PPGED/UFRN Professor Adjunto da UFRN. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEEsp). E-mail: librasufrn@gmail.com*

Palavras-chave: Aprendizagem e surdez. Português segunda língua. Leitura e surdez. Escola Bilíngue.

INTRODUÇÃO

No contexto atual da nossa sociedade é possível observar que se a leitura e a escrita não tiverem uma função social, de forma alguma poderá exercer influência na construção de um cidadão ativo, crítico e responsável. Para que isso aconteça, se faz necessário que esse indivíduo seja capaz de ler, pensar, refletir e interpretar o mundo a sua volta de forma crítica e reflexiva, sendo capaz de modificar o meio em que ele está inserido.

O presente trabalho buscou identificar e compreender como se dá o letramento dos alunos surdos no ensino de português como L2 no ensino médio na sala de aula regular. O tema para essa proposta surgiu do desconforto em não compreender como alguns alunos chegam ao ensino médio sem dominar a leitura e a escrita da língua portuguesa, sabendo que a primeira língua do surdo é a Libras.

Nesse sentido, observamos que o processo de aquisição do código escrito no processo de alfabetização e letramento dos educandos ouvintes é diferente do processo de letramento do educando surdo. Sendo de fundamental importância que o professor tenha a compreensão de letramento na perspectiva metodológica do bilinguismo. Só haverá possibilidade de estruturar uma aprendizagem significativa se os métodos utilizados proporcionarem caminhos que auxiliem os indivíduos na formação e construção do seu conhecimento frente às barreiras e dificuldades que é a comunicação em uma sociedade majoritariamente ouvinte.

A partir dessa perspectiva, merece destaque os estudos de Soares (2003), ela afirmava que a prática de letrar e alfabetizar ou alfabetizar letrando, tinha um caráter de processos distintos, e a alfabetização era entendida como a ação de ler e escrever, já o letramento era a utilização de uma tecnologia usada para as práticas sociais de leitura e escrita. Esse processo de aprendizagem da criança ou adulto ouvintes em que alfabetizar letrando significa decodificar e codificar a língua escrita, acontece de forma diferente do sujeito surdo. E para isso, precisamos saber como acontece esse letramento, o que falam os estudiosos com relação a essa

aprendizagem, os aspectos linguísticos, cognitivos no processo de aquisição da leitura e da escrita da língua portuguesa como uma segunda língua para os surdos.

Diante do exposto, compreende-se que há uma diferença entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado. Por que o indivíduo alfabetizado é aquele que domina a leitura, sabe ler e escrever. Já o indivíduo que vive em estado de letramento, não é só aquele que sabe ler, mas é aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, praticando adequadamente o uso social dela. Partindo desse princípio, surgiu a seguinte questão norteadora: como se dá o letramento dos educandos surdos no ensino fundamental? Buscando entender se ao final do ensino médio ele encontra-se letrado fazendo uso das práticas sociais que se usam na escrita reconhecendo diferentes gêneros textuais.

Para muitos surdos o primeiro contato que eles têm é com a língua oral, principalmente quando eles nascem em uma família de falantes do português que desconhecem a língua de sinais, e com isso, o contato com a Libras para muitos acontece tardiamente. A barreira interlingual vivenciada pela criança surda desde o nascimento tem contribuído para a situação crítica vivenciada pelas pessoas surdas no que se refere à aquisição de linguagem e às possíveis dificuldades de aprendizagem, uma vez que

Dessa forma, compreendemos que os sujeitos surdos, quando inseridos tardiamente em sua língua materna, a Libras, a Língua de Sinais Brasileira, pode ocasionar prejuízos em sua aquisição de linguagem e compreensão de mundo ao qual está inserido. De acordo com soares:

METODOLOGIA

A proposta apresenta um estudo exploratório de abordagem qualitativa focada em um levantamento bibliográfico e documental sobre o ensino de português escrito como segunda língua para surdos, cujas informações obtidas constituíram subsídios para construção deste texto. Destacando a importância do ensino da língua portuguesa para surdos.

Nossa base quanto ao levantamento bibliográfico foi construída a partir das etapas sugeridas por Gil (2002) a partir de trabalhos publicados em livros e artigos científicos sobre o ensino de língua portuguesa para surdos, bem como o levantamento das leis que garantem o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com os ensinamentos de Paulo Freire, a participação do estudante na escola é de extrema importância, porque o aprender é um ato revolucionário, e é nesse espaço que ele vai se desenvolver, assimilar conteúdos para se tornar um cidadão crítico e assim, sentir-se sujeito do processo educacional, tomando consciência de sua condição histórica, assumindo o controle de sua trajetória e conhecendo sua capacidade de transformar o mundo por meio da leitura. Assim segundo (Freire, 1993) a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Entende-se com isso, que a realidade vivida pelos educandos é a base para qualquer construção de conhecimento dentro da língua dominante.

De acordo com Quadros (1997, p. 27), “se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais”. A língua de sinais como L1 e a língua portuguesa como L2 na modalidade escrita.

O ensino da língua portuguesa como segunda língua para educandos surdos tem sido uma preocupação constante dos educadores de alunos surdos, embora a natureza da preocupação tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, ainda encontramos barreiras nessa área. O motivo se dá pelo não conhecimento de alguns professores que o ensino de português como segunda língua não acontece da mesma forma.

Em pesquisas na internet encontramos alguns artigos que discorriam sobre o tema, eles informavam que ao longo do tempo e até recentemente, predominou, na educação de surdos, no Brasil, a abordagem oralista, segundo a qual o ensino e a aprendizagem se davam exclusivamente por meio da língua portuguesa na modalidade oral.

No passado, predominava o ensino da língua portuguesa, por ser uma língua majoritária, a concepção de língua como código, ou seja, como um conjunto de regras que os alunos deveriam aprender para entendê-la e usá-la bem. Considerando que, diferentemente dos ouvintes, os alunos surdos chegam à escola com, no máximo, fragmentos da Língua Portuguesa, cabia ao professor conduzir os alunos no aprendizado dessa língua. A língua de sinais era

proibida e os alunos tinham que recorrer à leitura orofacial para avançar em seus estudos, coisa que não acontecia.

Embora alguns conseguissem adquirir a língua portuguesa por intermédio clínico, a maioria adquire apenas fragmentos dela. As dificuldades de acesso à língua falada e a pouca familiaridade com o português escrito, resultaram em alunos que não entendiam o que liam e que apresentavam dificuldades acentuadas na escrita. Essas dificuldades eram tão semelhantes entre os surdos que passaram a ser atribuídas à surdez. Como consequência, eles foram considerados incapazes de compreender e de produzir textos na Língua Portuguesa.

Nos últimos anos, no entanto, têm-se observado mudanças significativas no cenário da educação de surdos, bem como no ensino da Língua Portuguesa em geral. A aprovação do Decreto Federal no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabeleceu, entre outros assuntos, a obrigatoriedade das escolas possibilitarem aos alunos surdos uma educação bilíngue, na qual a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a primeira língua e a (Língua Portuguesa escrita) é a segunda, trouxe a língua de sinais para a educação depois de quase cem anos de proibição. E assim, o uso da língua de sinais contribuiu em muito para a aprendizagem dos alunos surdos, já que, por ser visual-espacial, não oferece dificuldades para ser adquirida.

De acordo com Strobel (2009) conhecer a história de surdos não nos proporciona apenas a ocasião para adquirirmos conhecimentos, mas também para refletirmos e questionarmos diversos acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas. Na atualidade, apesar de se ter uma política de inclusão, o sujeito surdo ainda encontra barreiras para sua comunicação. E assim, dependendo dos contextos da história em que os povos surdos estão inseridos, existem diferentes “olhares” de como se interpreta a história desses povos.

Ainda segundo Strobel, a forma parcial dos registros dos vários pesquisadores mostram suas preocupações em nos apresentar a história de surdos numa visão limitada que focalizam, na maior parte, os esforços de tornar os sujeitos surdos de acordo com os modelos ouvintes oferecendo "curas" para as suas "audições" danificadas. Mas, antes de tudo, o povo surdo já existia, voltando um pouco mais no tempo, centenas de gerações antes de desenvolverem conhecimentos e realizarem transformações que produziram as comunidades surdas que hoje conhecemos.

No entanto, muitas ações necessitam ser aprimoradas e criadas, e para essa tarefa é de fundamental importância conhecer a história do passado, as barreiras, dificuldades e as

conquistas da memória viva que define o nosso presente, isso fornecerá artefatos culturais que permitirão alterar para melhor o mundo dos povos surdos no futuro próximo.

Nesse contexto, somos seres sociais, e a comunicação é o principal instrumento na integração e socialização dos sujeitos dentro de uma sociedade. E é por meio da fala que exprimimos nossos desejos, anseios, medos, dificuldades e opiniões. Dada a sua importância, a comunicação é um direito previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos. Nesse documento, fica estabelecido que todo ser humano tem direitos de transmitir e receber informações sem fronteiras que impeçam a comunicação.

Nessa perspectiva, a comunicação entre os sujeitos surdos e ouvintes é um direito garantido por lei. As comunidades surdas do Brasil apresentam-se com níveis diferentes de surdez, que equivale a mais de dez milhões de pessoas, segundo o IBGE, dentre os quais 2,7 milhões são totalmente surdos. E, de acordo com a OMS, estima-se que até 2050, existam 900 milhões de pessoas surdas no mundo. Essas pessoas enfrentam ao longo de suas vidas, barreiras que impedem seu pleno desenvolvimento social, muito em função da grande dificuldade de comunicação que existe com as pessoas ao redor.

No texto aquisição de segunda língua, Mota (2008) relata sua experiência em Washington DC no seu estágio de pós-doutorado. A caminho da universidade no Laboratório do Cérebro e da Linguagem, ela encontrava diferentes sujeitos com línguas diferentes, cada um de uma parte diferente do planeta interagindo entre si de forma bilíngue. Do momento que entrava no ônibus até o campus universitário, encontrava uma mescla impressionante de línguas e culturas, eram coreanos, italianos, suecos, panamenhos, estadunidenses e todos se dirigindo às suas atividades de estudos e pesquisas, eram conduzidos por um motorista marroquino que se comunicava com eles em língua inglesa.

Neste sentido, percebe-se que o bilinguismo ou como mais recentemente denominado, o multilinguismo, torna-se cada vez mais comum, a habilidade de usar duas ou mais línguas além da nossa primeira língua parece ser uma regra e não uma exceção, o processo de globalização cultural e econômico que ao acelerar esse processo, aproxima culturas e línguas com uma rapidez e facilidade nunca vistas antes.

Nesse relato da autora, percebemos o bilinguismo presente em diferentes classes sociais e grupos de idades variadas. A comunicação entre os seres surgiu de uma necessidade humana, os primeiros relatos dessa comunicação se deu por meio de sinais, gestos, sons e desenhos. Tornando-se um fenômeno antigo na história da comunicação verbal entre os seres humanos.

Essa comunicação possibilitou que os diferentes grupos linguísticos não ficassem isolados criando assim o bilinguismo, sujeitos de origens e culturas diferentes, mas com possibilidades de aprender uma língua diferente da sua e comunicar-se.

Sendo assim, em função de suas consequências sociais, políticas e econômicas extremamente importantes, e sobretudo no mundo contemporâneo, o bilinguismo e o multilinguismo são fenômenos cada vez mais estudados, atraindo um grande número de pesquisadores que, afiliados a diferentes escolas teóricas, abordam esses fenômenos a partir de diferentes perspectivas. Essa variedade de visões torna a “aquisição de segunda língua” um campo fértil de pesquisa que cresce a passos largos.

Quando se trata de um objeto de estudo, mesmo que pareça que já se falou muito sobre ele, no caso o bilinguismo, que é uma temática nova para a atualidade contemporânea, ainda não está totalmente claro o seu entendimento. Dessa forma, encontramos possibilidades em estudos na área da aquisição de segunda língua, E esses estudos tem por objetivo conhecer as teorias, os modelos e hipóteses que explicam e descrevem como acontece o processo de aquisição de uma língua materna, para que assim, se possa conhecer as principais variáveis que afetam esse processo.

Nesse sentido, percebe-se que os experientes pesquisadores Catherine Doughty e Michael Long (2003, p. 3-4) afirmam que o escopo do campo de conhecimento denominado “aquisição de segunda língua” é amplo e engloba o conhecimento básico e aplicado sobre a aquisição ou perda de uma língua, bem como uma variedade de métodos de coleta e análise de dados que incluem a observação nos contextos de aquisição nos grupos de pesquisadores afiliados a uma variedade de campos de conhecimento, tais como a linguística, a linguística aplicada, a psicologia cognitiva, a comunicação, a psicologia educacional, a educação e a antropologia sejam elas rurais ou instrucionais.

Ainda segundo a autora, quase tudo o que sabemos sobre o processo de aquisição de segunda língua é o resultado de estudos realizados por pesquisadores internacionais, embora nas duas últimas décadas esse tipo de pesquisa tenha se tornado bastante frutífera aqui no Brasil também. Percebe-se que no cenário internacional, uma das mais fortes correntes de pesquisa sobre a aquisição de segunda língua é a corrente cognitiva que, em suas diversas orientações sejam elas a nativista, a funcional, a emergentista e a conexcionista, tem como objetivo fundamental caracterizar, identificar, descrever e explicar a natureza do conhecimento que permite a um indivíduo utilizar a segunda língua.

Nessa perspectiva, a corrente cognitiva procura compreender de que forma o conhecimento da segunda língua está representado mentalmente em outras palavras, procura determinar o conhecimento denominado como competência, por entender que a aquisição de segunda língua trata, em última instância e fundamentalmente, de mudanças em nossa representação mental, um grande número de pesquisadores tende a aliar esse campo de conhecimento à ciência cognitiva. Vale ressaltar que um dos importantes pesquisadores da área era Vygotsky, e para ele a aquisição não era um fenômeno apenas mental, mas um processo contextualmente situado e mediado pela interação social e cultural.

E assim, as razões para estudarmos a aquisição de segunda língua como foi descrito anteriormente, o bilinguismo e multilinguismo parecem ser a regra, mais que a exceção, no mundo contemporâneo. O número crescente de bilíngues e multilíngues está, em grande parte, relacionado às mudanças políticas, econômicas e sociais que tomaram lugar na segunda metade do século XX tais como o surgimento de novos Estados, o fim da Guerra Fria, o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação, a ampliação da mobilidade de populações internacionais e a globalização econômica e cultural (Inglis, 1996). Juntos, estes fatores facilitaram o contato étnico e, com ele, o contato da diversidade linguístico-cultural.

De acordo com Carlos Skliar (1999), ele apresenta a proposta da educação bilíngue para surdos de forma significativa, onde afirma que ela pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas. Essa definição, sugere que a educação bilíngue para os surdos é algo mais do que o domínio em algum nível em duas línguas. É discutir a educação bilíngue em uma dimensão política, que assume um duplo valor, o político como construção histórica, e a cultural e social, entendendo como as relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam essa proposta dentro do processo educacional.

Nesse sentido, as políticas relacionadas à surdez são políticas de representação dominante, que podem ser traduzidas como práticas colonialistas ou ouvintistas. A possibilidade de estabelecer um novo olhar sobre a educação bilíngue permite refletir sobre algumas questões ignoradas nesse território, entre as quais, as obrigações do Estado para com a educação da comunicação da comunidade surda e a política de significados dos ouvintes, assemelha-se ao amordaçamento da cultura e o seu controle que obscurecem as diferenças no processo pelo qual se negam as múltiplas identidades surdas e a ouvintização do currículo escolar, a separação entre escola de surdo e comunidade surda entre outras.

A escola é um território de ideologia segundo McLaren (1996). As formas sociais heterogêneas se debatem num contexto de poder. E é evidente que as escolas na atualidade não proporcionam oportunidades de desenvolvimento e nem fortalecimento das identidades pessoais, pelo contrário dão prioridade às habilidades técnicas. Percebe-se que a educação não é politicamente ética e nem neutra em seus valores. Nesse contexto, entende-se que a escola moderna contribui nas divisões de que todo conhecimento deve ter uma finalidade e uma utilidade. A lógica binária da inclusão e exclusão.

E assim, concebe-se que não é que a escola reflita ideologias dominantes, mas as constitui. E a educação bilíngue nesse contexto, mostra uma relativa sujeição aos princípios modernos do ensino. Dentro das propostas de educação bilíngue o que falta é a consistência política para entender a educação de surdos como uma prática de direitos humanos. Na atualidade não é possível descrever o bilinguismo como uma situação de harmonia e sim, uma realidade conflitiva. A sensação de uma dominação política e uma afirmação de imposição cultural, acaba originando uma falsa convulsão de bilinguismo ou em pseudo bilinguismo.

A pedagogia deve refletir coerentemente essa condição, da organização ou ouvintes monolíngues, a uma educação exclusiva no processo de formação dos educadores surdos. Dentro desse processo, falta uma assessoria política competente no processo de educação para os surdos. O currículo para o ensino desses sujeitos é pensado por ouvintes e não pelos que detêm o conhecimento da língua materna. Muitos sequer conhecem a cultura surda e suas especificidades. Isso nos faz lembrar do novo ensino médio, determinaram mudanças na estrutura de ensino sem a consulta prévia das partes interessadas que são os professores e alunos. É o que acontece no processo de construção da educação bilíngue.

Outra questão significativa, que merece reflexão é para revisar os projetos em andamento, elas se relacionam com representações sobre a surdez e o surdo. A surdez configura-se como um território de representações que não pode ser facilmente delimitado ou distribuído em modelos clínicos, ou socioantropológicos. Trata-se de um território irregular por onde passam discursos práticos assimétricos quanto às relações de poder e saber, onde a questão central precisa passar da curiosidade etnográfica ao reconhecimento político da surdez como diferença.

E assim, um autor define ou representa a surdez na base de quatro níveis diferenciados, porém politicamente interdependentes: a surdez como diferença política, como experiência visual, caracterizada por múltiplas identidades e localizada dentro do discurso da deficiência.

O ser surdo não supõe a existência de uma única identidade, ela é revelada a partir de alguns traços comuns e universais. As identidades mudam com o passar do tempo, nos diferentes grupos culturais, no espaço geográfico, e nos momentos históricos. Nesse sentido, se faz ver a comunidade surda de forma ostensiva e plural. Sabendo que o sujeito contemporâneo não possui identidade fixa, estática, permanente. As relações são constantemente modificadas nas diferentes culturas. A possibilidade de entender as identidades a partir de uma perspectiva política, coloca as relações de poder no centro das discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho realizou um levantamento sobre o desenvolvimento da leitura e escrita do português como segunda língua para alunos surdos. Para entender como esses sujeitos aprendem a segunda língua, quais obstáculos eles enfrentam em seu processo escolar até o ensino médio. Para isso, consideramos θ pertinente iniciar com argumentos que ressaltam a importância do ensino da língua portuguesa para educandos do ensino médio que em breve estarão adentrando o ensino superior no seu processo de desenvolvimento, formação profissional e participação sociocultural em uma sociedade letrada.

A leitura deve fazer parte da vida de todos, sendo apresentada de uma forma ampla, que vá além da leitura de códigos ou símbolos escritos. Mas, sobretudo aprender a ler o mundo e compreender o significado de tudo o que é visto ao seu redor. E o surdo, como fica nessa leitura de transformar o mundo? Será que a escola está preparando esse sujeito para transformar esse espaço, assimilando conteúdos para se tornar um cidadão crítico, possibilitando aos surdos sentir-se sujeitos do processo educacional? São perguntas que nessa proposta de artigo vamos tentar encontrar respostas para sanar tais inquietações.

E sabendo que a escola tem por papel fundamental de inserir o aluno no contexto escolar, e assim transmitir valores éticos e sociais, proporcionando-lhe total conhecimento para um futuro cidadão capaz, formador de senso crítico no contexto globalizado independente de ser surdos ou surdos com deficiência, ele deve ter acesso sim, a uma educação de qualidade,

dentro de uma proposta onde o currículo seja pensado para o seu desenvolvimento, o que é garantido por lei.

O acesso à educação é previsto pela nossa Constituição Federal de 1988, tendo em vista que “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Neste sentido, já tivemos grandes avanços, como a Lei 10.436/2002 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação dos sujeitos surdos. Mas, levando em consideração todo processo histórico onde o surdo era marginalizado aos olhos da sociedade, podemos dizer que essa batalha ainda não está finalizada, a luta continua, agora por uma escola bilíngue que permita o pleno desenvolvimento do educando surdo, que o mesmo possa se expressar de forma natural primeiro em sua língua, tomando conhecimento da sua cultura e depois se apropriando do português como segunda língua escrita. Ressaltamos que a consolidação das Escolas Bilíngues necessita que se coloque em prática a Lei nº 14.191/21 que estabeleceu parâmetros para existência de uma escola voltada para as pessoas surdas.

No trabalho desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação Especial (PPGEESP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) os autores Santos Filho; Araújo et.al (2024) produziram um material que descreve o espaço escolar bilíngue. Tal trabalho provoca críticas acerca da Escola Bilíngue para surdos, mas o mais importante é gerar condições que favoreçam meios de pensar e consolidar essa escola sonhada pela comunidade surda.

Nesse contexto, entende-se que a condição do surdo parece viver subordinado a uma terra de exílio. (Perlim 1998) afirmou que a maioria dos surdos são filhos de ouvintes, que convivem em ambientes da cultura dominante. E a consciência de pertencer a uma comunidade diferente, possibilita articular resistência às imposições por grupos dominantes.

O contato do surdo com outros sujeitos surdos, possibilita trocar experiências e conhecer as diferentes identidades culturais surdas. Essa invenção é permanentemente obscurecida pelo discurso da deficiência. E o discurso da deficiência tem por objetivo mascarar a questão política da diferença. E essa diferença é mascarada pela diversidade, em um projeto hegemônico em que o ser falante detenha a identidade totalitária produtora que a tudo ordena e regula.

E assim, a educação bilíngue para surdos, pode estar ligada ao discurso da deficiência, nas estratégias pedagógicas ligadas ao discurso da educação especial. Diante desse contexto, para que a educação bilíngue se desenvolva, se faz necessário a separação entre a educação do surdo e a educação especial. Nessa direção, a educação bilíngue não pode ser conceitualizada como um novo paradigma na educação especial e sim como paradigma oposicional.

De acordo com Federação Mundial de Surdos — World Federation of the Deaf (WFD 1995), aproximadamente 85% das pessoas surdas do terceiro mundo não recebiam nenhum tipo de educação básica. Diante dos fatos, se faz a pergunta: para quais surdos estão sendo pensados os projetos da educação bilíngue? E os surdos da periferia, das classes populares, negros e analfabetos. É imensurável a quantidade de surdos que estão fora do sistema escolar, muitos são excluídos antes de terminar a educação básica.

Refletir sobre essa situação de vulnerabilidade do sujeito surdo é desumano, o que se ver em determinadas instituições, Skliar relata uma situação mundial, mas que podemos encontrar em nossa realidade cotidiana. A educação bilíngue deve ser pensada nos diferentes contextos históricos e culturais. Ela deve estabelecer com clareza as fronteiras políticas, que determinam a proposta educativa. A língua não pode ser só um reflexo da realidade ou um instrumento de comunicação, mas sim, aquela que produz conhecimento. E compreender as representações de raças, classes e gêneros, como resultado de lutas sociais sobre signos e significados e não como lógica natural. Em síntese, a educação bilíngue numa perspectiva crítica, poderia transformar as relações sociais culturais e institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que existem falhas no processo de ensino da leitura e escrita dos sujeitos surdos, primeiro o que eles devem aprender é a leitura em Libras como L1 e só depois a escrita do português como L2. Para isso, buscamos investigar o processo de letramento do surdo, se eles aprendiam igual aos ouvintes, se a alfabetização acontecia da mesma forma. Percebemos que não, o surdo ele é visual, e a leitura de fonemas e sons impossibilita o processo de alfabetizar e sim letra dentro de uma proposta que favoreça sua aprendizagem.

O nosso objetivo principal com essa pesquisa era analisar dados e informações que mostrassem como se dá o processo de letramento do surdo quanto a sua aquisição de leitura e escrita do português como segunda língua. Já os objetivos específicos foram identificar o processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua, com alunos em seu processo de ensino até o ensino médio. Explorando o processo de letramento no ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos. Bem como apresentar o processo de ensino e aprendizagem com o uso dos recursos visuais, visando a cultura e a identidade dos surdos como facilitadora dessa aprendizagem.

Nos últimos anos, têm-se observado mudanças significativas no cenário da educação de surdos, bem como no ensino da Língua Portuguesa em geral. A participação de ativistas surdos no processo de luta pela garantia de direitos à cidadania. O desdobramento dos movimentos sociais, os surdos conquistaram no início dos anos 2000 o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por meio da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que garantem aos surdos direitos linguísticos e educacionais, dentre os quais destacamos o inciso segundo do Art. 14 que prevê a oferta do ensino de Libras e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para alunos surdos.

No entanto, sabemos que a Lei e o decreto, não são garantias legais e nem a certeza que esse processo esteja ocorrendo no dia a dia dos educandos surdos dentro das escolas regulares. Um sonho futuro será de uma escola bilíngue, onde o aluno possa vivenciar uma educação de qualidade que assegure o seu desenvolvimento. E por reconhecer a importância dessa aprendizagem e perceber as dificuldades dos alunos surdos em escolas regulares, chegando ao ensino médio com dificuldades na leitura, escrita e produções textuais, que decidi pesquisar esse processo de aprendizagem para entender o caminho percorrido pelos educandos surdos.

No contexto atual da nossa sociedade é possível observar que se a leitura e a escrita não tiverem uma função social, de forma alguma poderá exercer influência na construção de um cidadão ativo, crítico e responsável. Para que isso aconteça, se faz necessário lembrar as palavras de Paulo Freire, que esse indivíduo seja capaz de ler, pensar, refletir e interpretar o mundo a sua volta de forma crítica e reflexiva, sendo capaz de modificar o meio em que ele está inserido conforme a sua realidade.

Nesse sentido, observamos que o processo de aquisição do código escrito no processo de alfabetização e letramento dos educandos ouvintes é diferente do processo de letramento do educando surdo. Sendo de fundamental importância que o professor tenha a compreensão de letramento na perspectiva metodológica do bilinguismo. Só haverá possibilidade de estruturar

uma aprendizagem significativa se os métodos utilizados proporcionarem caminhos que auxiliem os indivíduos na formação do seu conhecimento.

As leituras em diversos artigos foram bastantes significativas para a construção da nossa pesquisa, eles apresentam uma realidade vivenciada por alunos surdos, em escolas regulares, suas dificuldades com a língua portuguesa como a segunda língua na modalidade escrita. Muitos alunos, ainda não dominam a primeira língua, a Libras, os tradutores-intérpretes em sala de aula têm a função de mediar a comunicação, quando, o ensinamento deveria ser repassado pelo professor, mas isso ainda não acontece de acordo com o previsto em lei, necessitando um estudo mais aprofundado na busca de metodologias com propostas bilíngues, que ajudem no desenvolvimento desses estudantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A.P.L., CORREIA, A.M.M., FRANCA, F.R., SOUSA, M.S., MOTA, L.A. e GOMES, E.L.. A importância da língua brasileira de sinais para o ensino de alunos com deficiência auditiva implicações pedagógicas. **Id on Line Revista de Psicologia**, Fevereiro de 2011, vol.1, n.13, p.23-31.ISSN 1981-1189.

CARDOSO, Débora Uchôa Carneiro; BARROS, ; Isabela do Rêgo. O USO DA IMAGEM NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA DO SURDO: UM ESTUDO DE CASO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 5., 2018, Recife. **Anais CONEDU**. Recife: Realize, 2018. p. 01-18. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA15_ID11105_17092018160912.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

GESSER. Audrei. Metodologia de ensino em Libras como L2. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

PEREIRA, M. C. C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios... 144 *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 143-157. Editora UFPR.

SKLIAR, Carlos (org.). A Localização Política da Educação Bilíngue para Surdos. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. Cap. 1. p. 1-4.

MOTA, Mailce Borges. **Aquisição de segunda língua**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

NOBRE, Noéli Para Agência Câmara de Notícias. **Projeto classifica educação bilíngue para surdos como modalidade de ensino.** 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/774138-projeto-classifica-educacao-bilingue-para-surdos-como-modalidade-de-ensino/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%204909,portugu%C3%AAs%20escrito%20como%20segunda%20%C3%ADngua>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguística. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2007. 268 p.

STROBEL, Karin. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.** Florianópolis: Ufsc, 2009. 49 p. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.